



Processo de parecer n. 6/PP/2021 — G

Relator: Dra. Maria Emília Morais Carneiro

Objecto: Pedido de parecer sobre a publicidade do advogado, através de fontes externas

Aprovação: 19 de Maio de 2021

PARECER

Veio o Sr. Advogado Dr. (...) através de correio electrónico remetido a este C. Geral, na pessoa do Sr. Bastonário, fazer as seguintes perguntas conforme se transcreve: (...), à luz do n.º 1 do art.º 94º do nosso Estatuto, se o Conselho entende aceitável artigos da "ECO": nos quais, fico a saber tudo o que uma sociedade de advogados faz.

Se não constitui forma de contornar as regras que nos regem: vide alínea h) do art.º 94º. Inclusive pareceres anteriores do Conselho Geral (estes, embora centrados no caso da publicidade directa do advogado).

Mas poderei eu, à safra do nosso "portuguesismo", também fazer publicidade através de fonte terceira? Constituirá tal procedimento, uma forma de contornar as regras? Em caso negativo, qual a diferença entre o subscritor do parecer e as maiores sociedades de advogados? O campo da advocacia deixou de ser regulado?

Ou terá porventura a Ordem se esquecido das suas atribuições ou deveres previstos nos artigos 3º (alínea e); 71º, 5º, 7º e 8º do seu Estatuto? (...)



Análise

Compulsados os autos constata-se que o Sr. Advogado não instruiu o seu pedido com qualquer documento de suporte que nos permita aferir a que factos concretos se refere, tratando-se antes de perguntas muito genéricas que não especificam exactamente quais os actos de publicidade que entende estarem a violar o Estatuto. Assim, o modo como é formulado pelo Ilustre Colega o objecto do parecer, não nos permite verificar se a eventual publicidade referente a determinada sociedade de advogados, é violadora/ou não, de princípios deontológicos, ou seja, qual o caso concreto sobre que deva recair Parecer.

Contudo por mera orientação de resposta à consulta solicitada, já que, a tratar-se de uma eventual infracção deontológica será competente o respectivo conselho de deontologia art.º 58º EOA, diremos que a jurisprudência da Ordem foi sempre pacífica a esse respeito, são disso exemplo (cfr. Parecer do C. Geral de 24/11/79, R.O.A., 40, 264; Parecer E-41/02; Parecer E/03/07; mais recentemente Parecer 4/PP/2016-G), de entre tantos outros que nos vamos abster de enumerar por uma questão de economia processual.

Como foi sempre defendido pela Ordem dos Advogados:

" O princípio é o de que aos Advogados - e, com eles, às Sociedades Civas de Advogados (cfr. João Loureiro, Direito de Publicidade, 1981, 115) - está proibida qualquer publicidade, a qual deve entender-se em sentido comercial, ou seja propagandístico (LEGA, ob. Cit., 103). É que, e já explicava Luís da Silva Ribeiro, o advogado não é um comerciante ou um industrial que



anuncie pomposamente os seus produtos e mercadorias (ob.cit., 96)." (Alfredo Gaspar EOA. Anot. ao art.º 80º pág. 136).

Conclusão

Será lícita a publicitação de advogado ou sociedade de advogados numa Revista, desde que o seu teor seja meramente informativo, respeitando o preceituado no art.º 94º do EOA, como seja a menção ao nome do Advogado, ou sociedade de Advogados, o endereço do escritório, horário de expediente, a indicação das áreas ou matérias jurídicas de exercício profissional, entre outros especificados no referido preceito legal.

Constituindo actos ilícitos de publicidade todos os previstos no seu nº 4.

À próxima sessão do C. Geral.

Tavira, aos 14 de Maio de 2021



ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

A Relatora

Maria Emília Morais Carneiro

Aprovado em reunião plenária do Conselho Geral de 19 de Maio de 2021